

Autopista Planalto Sul S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes
aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro
de 2009 e de 2008 (Em Fase Pré-operacional
até 18 de Dezembro de 2008) e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

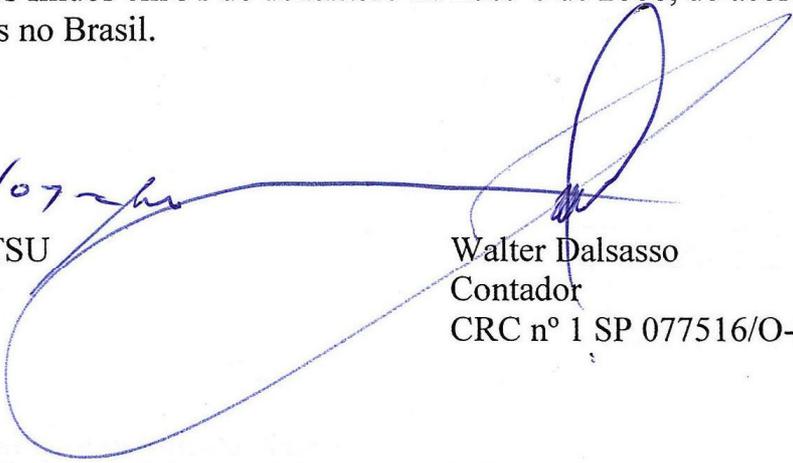
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao período de 19 a 31 de dezembro de 2008 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações e o valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e para o período de 19 a 31 de dezembro de 2008 e as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de janeiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/PR

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	41.535	6.810	Empréstimos e financiamentos	11	1.502	81
Contas a receber	4	1.947	64	Fornecedores	12	4.379	17.298
Estoques		744	672	Cauções contratuais	13	1.577	595
Despesas antecipadas	5	163	162	Partes relacionadas	16	6.620	1.905
Impostos a recuperar	6	578	191	Obrigações fiscais	14	1.434	1.149
Outros créditos		<u>698</u>	<u>355</u>	Obrigações sociais		1.542	634
Total do ativo circulante		<u>45.665</u>	<u>8.254</u>	Outras contas a pagar		<u>549</u>	<u>-</u>
				Total do passivo circulante		<u>17.603</u>	<u>21.662</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo-				Empréstimos e financiamentos	11	96.752	393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	23	-	Provisão para contingências	17	68	-
Imobilizado	8	136.961	81.870	Contas a pagar - sociedades ligadas	16	<u>60.000</u>	<u>61.071</u>
Intangível	9	221	137	Total do passivo não circulante		<u>156.820</u>	<u>61.464</u>
Diferido	10	<u>16.183</u>	<u>17.821</u>				
Total do ativo não circulante		<u>153.388</u>	<u>99.828</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	25.001	25.001
				Prejuízos acumulados		<u>(371)</u>	<u>(45)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>24.630</u>	<u>24.956</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>199.053</u></u>	<u><u>108.082</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>199.053</u></u>	<u><u>108.082</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E
PERÍODO DE 19 A 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 18 DE DEZEMBRO DE 2008)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Serviços prestados		60.854	346
Deduções dos serviços prestados		(5.159)	(27)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		<u>55.695</u>	<u>319</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(38.659)	(308)
LUCRO BRUTO		<u>17.036</u>	<u>11</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(5.665)	(53)
Honorários da Administração	16	(519)	(3)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>10.852</u>	<u>(45)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.234	-
Despesas financeiras	21	<u>(13.138)</u>	<u>-</u>
		(10.904)	-
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(52)</u>	<u>(45)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	20	(297)	-
Diferidos	20	23	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>(326)</u>	<u>(45)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	2.0	<u>(0,0130)</u>	<u>(0,0018)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	1
Integralização de capital social em 29 de janeiro de 2008		22.000	-	22.000
Aumento de capital social em 27 de agosto de 2008		3.000	-	3.000
Prejuízo do período de 19 a 31 de dezembro de 2008	1	-	(45)	(45)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>25.001</u>	<u>(45)</u>	<u>24.956</u>
Prejuízo do exercício		-	(326)	(326)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>25.001</u>	<u>(371)</u>	<u>24.630</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(326)	(45)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	5.898	116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23)	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	5.129	-
Despesas de juros, líquidas	7.156	-
Baixa de ativo imobilizado	2.622	-
Constituição de provisão para contingências	68	-
Redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.883)	(64)
Despesas antecipadas	(1)	(162)
Impostos a recuperar	(387)	(191)
Estoques	(72)	(672)
Outros	(527)	(355)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	3.037	1.057
Obrigações sociais	908	634
Obrigações fiscais	438	59
Cauções contratuais	(146)	-
Fornecedores	(7.580)	914
Outros	(995)	676
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>13.317</u>	<u>1.967</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(65.412)	(62.800)
Adições ao diferido	-	(17.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(65.412)</u>	<u>(80.632)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações de empréstimos	232.244	474
Captações de partes relacionadas	-	60.000
Integralização de capital	-	25.000
Pagamentos de empréstimos	(141.745)	-
Pagamento a partes relacionadas	(3.679)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>86.820</u>	<u>85.474</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>34.725</u>	<u>6.809</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.810	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	41.535	6.810
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>34.725</u>	<u>6.809</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E
PERÍODO DE 19 A 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 18 DE DEZEMBRO DE 2008)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
RECEITAS		
Vendas de serviços	<u>60.854</u>	<u>346</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos de serviços prestados		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.659)	(96)
Custo da concessão	(2.893)	(21)
Outros	<u>(1.073)</u>	<u>(22)</u>
	<u>(30.625)</u>	<u>(139)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>30.229</u>	<u>207</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(5.898)	(27)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>24.331</u>	<u>180</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.233	-
Outros	2.427	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>28.991</u>	<u>180</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	5.389	160
Benefícios	798	14
FGTS	306	2
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	3.636	35
Municipais	2.938	14
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	6.793	-
Juros capitalizados	2.427	-
Aluguéis	759	-
Outros	1.196	-
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre partes relacionadas	5.075	-
Prejuízo do exercício/período	<u>(326)</u>	<u>(45)</u>
	<u>28.991</u>	<u>180</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, precedida da execução de obra pública, compreendendo execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e com o Contrato de Concessão. A Sociedade possui os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de nove passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Desde o mês de março de 2009, a Sociedade opera com cinco praças de arrecadação de pedágio, conforme previsto no Contrato de Concessão, P-1 Fazenda Rio Grande - PR, P-2 Rio Negro - PR, P-3 Monte Castelo - SC, P-4 Santa Cecília - SC e P-5 Correia Pinto - SC. A partir do primeiro trimestre de 2011 está previsto o início das obras de duplicação do km 117,3 ao km 142,7, que ligam as cidades de Curitiba e Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná. Também está previsto o início da construção da passagem de nível, tipo viaduto, no km 208 na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.

Até 31 de dezembro de 2009, foram investidos R\$146 milhões em obras de melhorias e recuperação da rodovia. A expectativa dos investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, está estimada em R\$337 milhões (informação não auditada).

As operações da Sociedade iniciaram-se em 19 de dezembro de 2008.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os demais pronunciamentos contábeis do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam recursos em caixa e bancos para uso imediato. As aplicações de liquidez imediata são demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, com liquidez a partir do trigésimo dia, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e não serem relevantes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

c) Estoques

São compostos pelos materiais utilizados nas obras de recuperação e conservação da rodovia, contabilizados pelo custo médio de aquisição, incluindo gastos com transporte e seguros, sendo deduzidos dos impostos recuperáveis, quando aplicável.

d) Despesas antecipadas

Representam pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes.

e) Outros ativos circulantes

Apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e instalação ou construção, incluindo encargos financeiros elegíveis à capitalização, deduzido das depreciações e amortizações, calculadas e registradas pelo método linear, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão, conforme a nota explicativa nº 8.

g) Intangível

Representado por direitos de uso de software e desenvolvimento de “site” de intranet, demonstrados pelos seus valores de aquisição e instalação, deduzidos das amortizações calculadas e registradas pelo método linear, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão, conforme a nota explicativa nº 9.

h) Diferido

Corresponde aos gastos pré-operacionais incorridos até 18 de dezembro de 2008, deduzidos das amortizações, calculadas e registradas pelo método linear, com prazo de dez anos.

i) Empréstimos e financiamentos

Registrados ao valor original, acrescido de atualização monetária e juros incorridos, e deduzidos das despesas incorridas para sua obtenção, até as datas dos balanços.

j) Provisão para contingências

Registrada com base na opinião da Administração da Sociedade e dos seus assessores jurídicos no montante das perdas prováveis em relação aos processos em aberto na data do balanço.

k) Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias e cambiais incorridas.

l) Receitas de serviços

Reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

m) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas dos balanços, bem como os valores das receitas e despesas durante o período reportado. Para elaborá-las, a Administração da Sociedade preparou várias estimativas e premissas, inclusive seleção das vidas úteis do imobilizado, outras despesas provisionadas, provisão para contingências, realização de impostos diferidos e valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

n) Imposto de renda e contribuição social

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social são calculadas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Foram constituídos os impostos diferidos no resultado do exercício, considerando a perspectiva de rentabilidade futura.

o) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações existente nas datas dos balanços.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Fundo fixo	5	5
Numerário em trânsito	372	59
Fundo de troco - praças de pedágio	160	50
Bancos - conta movimento	613	6.696
Equivalentes de caixa (*)	<u>40.385</u>	<u>-</u>
	<u>41.535</u>	<u>6.810</u>

(*) Representam aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB do Banco Itaú S.A. e do Banco Votorantim S.A. resgatáveis a partir do trigésimo dia de aplicação, com taxa de remuneração de 101,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Pedágio eletrônico a receber	1.546	64
Cupons de pedágio a receber	390	-
Outras	<u>11</u>	<u>-</u>
	<u>1.947</u>	<u>64</u>

O prazo de realização das contas a receber é de até 30 dias.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não identificou a necessidade de registrar provisão para devedores duvidosos.

5. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Prêmios de seguros	162	161
Assinaturas de jornais e periódicos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>163</u>	<u>162</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	576	186
Outros tributos	<u>2</u>	<u>5</u>
	<u>578</u>	<u>191</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Referem-se a crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa (vide nota explicativa nº 20).

8. IMOBILIZADO

É composto por:

	Taxa anual média ponderada de depreciação - %	31/12/2009		31/12/2008	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado na rodovia - obras e serviços	4,24	99.866	3.415	96.451	23.095
Pavimentos e recapeamentos	4,24	31.319	707	30.612	2.583
Móveis e utensílios	10	243	33	210	188
Máquinas e equipamentos	10	264	31	233	147
Construções temporárias	10	6	-	6	21
Prédios e benfeitorias	10	48	8	40	40
Instalações	10	32	5	27	30
Computadores e periféricos	20	355	94	261	239
Outros	-	2	-	2	1
Imobilizado em andamento	-	<u>9.119</u>	<u>-</u>	<u>9.119</u>	<u>55.526</u>
		<u>141.254</u>	<u>4.293</u>	<u>136.961</u>	<u>81.870</u>

As adições ao ativo imobilizado relacionadas a melhorias e implantações na rodovia durante o período de concessão são depreciadas com base no prazo remanescente do Contrato de Concessão.

O imobilizado em andamento é composto pelos valores dos investimentos na continuação das obras de recuperação geral da rodovia e projetos e estudos para obras de melhoramentos e ampliação da rodovia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram capitalizados R\$2.427 de encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos bens do ativo imobilizado. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi a seguinte:

	Saldos em 31/12/2008	Adições	Transferências	(*)Baixas	Saldos em 31/12/2009
Imobilizado na rodovia - obras e serviços	23.129	202	77.137	(602)	99.866
Pavimentos e recapeamentos	2.587	-	28.797	(65)	31.319
Móveis e utensílios	198	45	-	-	243
Máquinas e equipamentos	152	112	-	-	264
Construções temporárias	22	-	5	(21)	6
Prédios e benfeitorias	43	5	-	-	48
Instalações	32	-	-	-	32
Computadores e periféricos	267	88	-	-	355
Outros	1	1	-	-	2
Imobilizado em andamento	55.526	61.469	(105.939)	(1.937)	9.119
Depreciação	<u>(87)</u>	<u>(4.209)</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(4.293)</u>
	<u>81.870</u>	<u>57.713</u>	<u>-</u>	<u>(2.622)</u>	<u>136.961</u>

(*) As baixas referem-se substancialmente a encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas capitalizados a maior.

9. INTANGÍVEL

	Taxa anual média ponderada de amortização - %	31/12/2009		31/12/2008
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licenças de uso de softwares	20	280	69	211
Marcas e patentes	20	2	-	2
“Sites” de Internet	20	9	1	8
		<u>291</u>	<u>70</u>	<u>221</u>
				<u>137</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

10. DIFERIDO

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal	3.544	3.544
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Materiais e serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Outros itens	506	506
Amortização acumulada	<u>(1.649)</u>	<u>(11)</u>
	<u>16.183</u>	<u>17.821</u>

Representa os gastos com implantação e estudos referentes à viabilidade da concessão, que são amortizados em dez anos a partir da data de início das operações.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos valores registrados como ativo diferido. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2009</u>		<u>31/12/2008</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
BNDES - empréstimo-ponte A (c)	TJLP + 3,58% a.a.	15/03/2011	452	61.181	-	-
BNDES - empréstimo-ponte B, C, D e F (c)	TJLP + 2,80% a.a.	15/03/2011	280	33.347	-	-
FINAME - Banco Santander S.A. (d)	TJLP + 3,90% a.a.	15/06/2012	604	1.781	-	-
FINAME - Banco Votorantim S.A. (d)	TJLP + 2,60% a.a.	15/08/2013	84	221	81	393
FINAME - Banco Votorantim S.A. (d)	TJLP + 2,60% a.a.	16/09/2013	52	140	-	-
FINAME - Banco Votorantim S.A. (d)	TJLP + 2,60% a.a.	15/10/2013	<u>30</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>1.502</u>	<u>96.752</u>	<u>81</u>	<u>393</u>

- (a) Em 23 de janeiro de 2009, a Sociedade realizou distribuição pública, emitindo 28 notas promissórias comerciais para o Banco Santander S.A. e BES Investimento do Brasil S.A., nominativas, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo o total de R\$28.000, com aval da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. As notas promissórias foram registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP sob os códigos 70080005 e 56941003. O prazo de vencimento foi 22 de julho de 2009 e a taxa de remuneração foi de 100% da variação acumulada da taxa Depósito Interbancário - DI com sobretaxa de 5% ao ano. Essa captação foi realizada para suprimento do capital de giro e manutenção dos investimentos previstos para o ano até a liberação de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

- (b) Adicionalmente, houve a segunda emissão de 74 notas promissórias comerciais no valor nominal de R\$500 cada, totalizando R\$37.000 para o Banco Santander S.A, BB Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. O prazo de vencimento foi 22 de julho de 2009 e a taxa de remuneração foi de 100% da variação acumulada da taxa DI com sobretaxa de 5% ao ano. Essa captação foi realizada para suprimento do capital de giro e manutenção dos investimentos previstos para o ano até a liberação de empréstimo ponte do BNDES.

As emissões das notas promissórias possuíam cláusulas restritivas de vencimento antecipado, as quais estão vinculadas a índices da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

- (c) Empréstimo-ponte que antecede a liberação do Contrato de Financiamento de longo prazo proposto pela Sociedade ao BNDES. É composto por seis subcréditos, A, B, C, D, E, e F, totalizando R\$97.000. Esses subcréditos têm como finalidade principal financiamento das obras de recuperação, conservação, monitoramento, melhoramentos, ampliação e aquisição de materiais e equipamentos, necessários à exploração do Lote Rodoviário 02, constante no Contrato de Concessão. Até 31 de dezembro de 2009 foram liberados três subcréditos, A, B, C, D e F, totalizando R\$94.609, que têm prazos de utilização de 18 meses contados da data da formalização jurídica da operação. O prazo de carência é de 18 meses contados a partir do dia 15 subsequente à data da formalização jurídica da operação. A amortização ocorrerá em parcela única no valor principal da dívida 15 dias após o término da carência, ou na data do desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES através de Contrato de Longo Prazo, o que ocorrer primeiro. Os encargos previstos são compostos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3,58% ao ano para o subcrédito A e TJLP mais 2,8% ao ano para os demais subcréditos. Algumas obrigações decorrentes do mencionado empréstimo estão demonstradas a seguir:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações nos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente o BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas, em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato.

Do acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições a capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.

- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
 - Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a cinco vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
 - Apresentar ao BNDES o balanço trimestral auditado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.
- (d) Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME para aquisição de geradores de energia elétrica, painéis elétricos, reservatórios de água e equipamentos de arrecadação para aplicação nas obras das praças de pedágio, com aval da sociedade controladora. Os bens foram adquiridos com cláusula de alienação fiduciária até o término do contrato.

Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	<u>R\$</u>
2011	95.878
2012	756
2013	<u>118</u>
	<u>96.752</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Fornecedores de materiais	577	2.036
Prestadores de serviços (*)	<u>3.802</u>	<u>15.262</u>
	<u>4.379</u>	<u>17.298</u>

(*) Os valores apresentados como prestadores de serviços são representados basicamente por empreiteiras que estão desenvolvendo as obras civis.

13. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
PIS a recolher	39	2
COFINS a recolher	182	10
IRPJ a recolher	212	-
CSLL a recolher	85	-
IRRF	116	134
PIS/COFINS/CSLL retidos	164	284
INSS retido	180	304
ISS a recolher	293	-
ISS retido	<u>163</u>	<u>415</u>
	<u>1.434</u>	<u>1.149</u>

15. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$166 (R\$154 em 31 de dezembro de 2008) é representado pela verba da fiscalização paga mensalmente, desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2008, conforme mencionado na nota explicativa nº 24.a), e está registrado em “Outras contas a pagar”.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Obrigações com partes relacionadas - passivo circulante:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	836	820
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b) e (e)	301	295
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c) e (e)	1.233	790
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c) e (e)	375	-
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (d)	<u>3.875</u>	-
	<u>6.620</u>	<u>1.905</u>
Obrigações com partes relacionadas - mútuos - passivo não circulante-		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (d)	<u>60.000</u>	<u>61.071</u>

(a) Valores devidos a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. referentes às despesas corporativas rateadas entre as Empresas do Grupo.

(b) Refere-se a serviços de gerenciamento das obras de recuperação, conservação e melhoramentos da rodovia.

(c) Valores devidos referentes a obras de recuperação e conservação efetuadas na rodovia.

- (d) Representam mútuos obtidos para financiamentos da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor</u>	
				<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	3.000	3.194	3.118
12/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.064	1.037
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.064	1.032
29/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.517	8.251
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.323	5.145
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	13.840	13.283
27/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	13.840	3.145
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>17.033</u>	<u>16.060</u>
			<u>60.000</u>	<u>63.875</u>	<u>61.071</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (e) Sociedade controlada da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e do período de 19 a 31 de dezembro de 2008, a Sociedade pagou os montantes de R\$519 e R\$3, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e a respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de provisão para participação nos lucros e resultados registrado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$375. As metas são como seguem:

- a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência desse plano.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- b) Definição dos valores:

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos os itens, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias.

A Administração constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, R\$68 de provisão para contingências, com base na opinião de seus advogados, para cobrir as perdas que provavelmente possam ocorrer relativas às referidas ações judiciais e estima que a decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas em andamento, nos valores de R\$34 e R\$200, respectivamente, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é representado por 25.001.003 ações ordinárias, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações <u>subscritas</u>	Participação - % <u> </u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	25.000.999	99,99
Conselheiros	<u>4</u>	<u>0,01</u>
	<u>25.001.003</u>	<u>100,00</u>

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

19. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2009</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(52)
Alíquota vigente	<u>34%</u>
Expectativa de crédito de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com alíquota vigente	18
Efeitos sobre as adições, representadas por provisões temporariamente não dedutíveis	(292)
	<u>(274)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social compostas por:	
Correntes	(297)
Diferidos	<u>23</u>
	<u>(274)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:	
Rendimentos de aplicações financeiras	2.224
Descontos obtidos	<u>10</u>
	<u>2.234</u>
Despesas financeiras-	
Encargos sobre mútuo - juros e variação monetária	5.075
Encargos financeiros sobre empréstimos - juros e variação monetária	6.590
Comissões bancárias	1.082
Outras despesas	<u>391</u>
	<u>13.138</u>

22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa pago durante o exercício referente a-		
Juros	6.617	-
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa-		
Compras de bens do ativo imobilizado itens do diferido e do intangível registrados em obrigações	5.967	17.893

23. GARANTIAS E SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais e avaria de máquinas.

Em 31 de dezembro de 2009, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
	Patrimonial	400
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	38.641

24. COMPROMISSOS

Os principais compromissos firmados pela Sociedade relacionados à concessão da rodovia, conforme contrato de concessão são:

- a) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, será de R\$1.846 em valores de julho de 2007. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$46.143, em valores de julho de 2007, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização será corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante a concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.

- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. A documentação relativa ao pedido de registro de sociedade anônima de capital aberto está em fase de análise pela CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresentava saldos de ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira.

- b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas Taxas de Juros de Longo Prazo - TJLP e no CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração efetuou análise sensitiva considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos de aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	8,75%	10,94%	6,56%	13,13%
TJLP	6%	7,5%	4,5%	9%
Juros a incorrer (*)	13.352	15.162	11.543	18.582

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

- c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$1.546 e R\$64, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não revisada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros - consolidado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

26. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data da preparação dessas demonstrações financeiras, 42 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e ICPCs que poderão ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedades para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros; Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação

<u>ICPC</u>	<u>Título</u>
01	Contratos de Concessão
03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

A Administração da Sociedade está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade irá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
